

P Ó S - A C O R D O D E P A R I S

CAMINHOS PARA
IMPLEMENTAÇÃO
DA ECONOMIA DE
BAIXO CARBONO

SUMÁRIO

- 3 Apresentação
- 4 Um projeto de país mais sustentável
- 7 Caminhos para a economia de baixo carbono
- 22 17 propostas da Coalizão Brasil

EXPEDIENTE

Pós-Acordo de Paris - Caminhos para implementação da economia de baixo carbono é uma publicação da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

Grupo Orientador: Alexandre Prado (WRI/Coalizão), Ana Carolina Szklo (Cebds), André Guimarães (Ipam), João Paulo Capobianco (IDS), Carlos Nomoto (WWF), Carlos Rittl (Observatório do Clima), Carlos Roxo (Fibria), Celina Carpi (Instituto Ethos), Elizabeth de Carvalhaes (Ibá), Elizabeth Farina (Unica), Fátima Cardoso (Solidaridad Network), Guilherme Leal, Gustavo Junqueira (SRB), João Adrien (SRB), Luiz Cornacchioni (Abag), Marcelo Furtado (Instituto Arapyaú), Marcelo Vieira (SRB), Marina Grossi (Cebds), Miriam Prochnow (Diálogo Florestal), Rachel Biderman (WRI), Roberto S. Waack (Amata), Sergio Mindlin (Instituto Ethos), Tasso Azevedo (MapBiomias e SEEG/Observatório do Clima)

Coordenação geral: Luana Maia

Arte: The Infographic Company

Edição: P&B Comunicação

Agradecimento: a todos os membros da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, aos membros dos Grupos de Trabalho e demais parceiros que acreditam nesse movimento e o apoiam.

**COALIZÃO
BRASIL**

C L I M A
F L O R E S T A S E
A G R I C U L T U R A

www.coalizaobr.com.br

APRESENTAÇÃO

Não se trata mais apenas de defender uma causa, mas de cumprir um compromisso inadiável. É com essa clara percepção que a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura – movimento lançado oficialmente em junho de 2015 – completa seu primeiro ano de trabalho e apresenta à sociedade um resumo dos caminhos que vislumbra para tornar reais as metas para o enfrentamento das mudanças climáticas, assumidas pelo Brasil no Acordo do Clima de Paris.

Em outras palavras, a publicação que está em suas mãos aponta para um projeto de país, que preconiza a mitigação e a adaptação aos crescentes desafios do clima, com competitividade, produtividade, inclusão social, geração de renda e empregos, conservação de florestas e preservação da biodiversidade.

A Coalizão Brasil nasceu dessa percepção de mundo. Ela é um movimento multissetorial inédito, uma rica arena de articulação e conexão de vozes diversas. São mais de 120 empresas, organizações da sociedade civil, associações setoriais e centros de pesquisa que sabem da urgência de unir esforços para promover mudanças positivas e reais de que o país necessita, mas com uma nova proposta – participativa, criativa, dinâmica –, que conserva recursos naturais, base para o desenvolvimento consistente, responsável e de longo prazo.

Em seu lançamento oficial, em 24/06/2015, a Coalizão Brasil apresentou 17 propostas,

em três frentes elementares: agropecuária, florestas e energia. As propostas envolvem ações como cumprimento do Código Florestal, criação de mecanismos de valoração do carbono, fomento à economia da floresta tropical, incremento ao uso de biocombustíveis. Elas também norteiam o *advocacy* junto ao poder público, a cooperação internacional e a comunicação das premissas da economia de baixo carbono para a sociedade como um todo.

A partir dessa base, a Coalizão Brasil buscou ampliar a ambição das metas brasileiras para o Acordo Clima, que visa conter a elevação da temperatura média do planeta em 2 °C até 2100, com esforços para mantê-la abaixo de 1,5 °C. Em dezembro de 2015, o histórico acordo foi firmado por 195 países, durante a Conferência Mundial da ONU para a Mudança do Clima, a COP 21, realizada em Paris.

A partir daí, a Coalizão Brasil assumiu uma nova missão: criar as condições favoráveis para que os compromissos do país (inicialmente chamados de INDC, na sigla em inglês, e que passam a se denominar NDC após a ratificação do tratado) sejam de fato implementados. Por isso, nesta publicação estão elencados sete objetivos de curto prazo, seguidos por uma série de outras providências necessárias na jornada que se impõe ao Brasil e ao mundo, em direção a um futuro sustentável para todos.

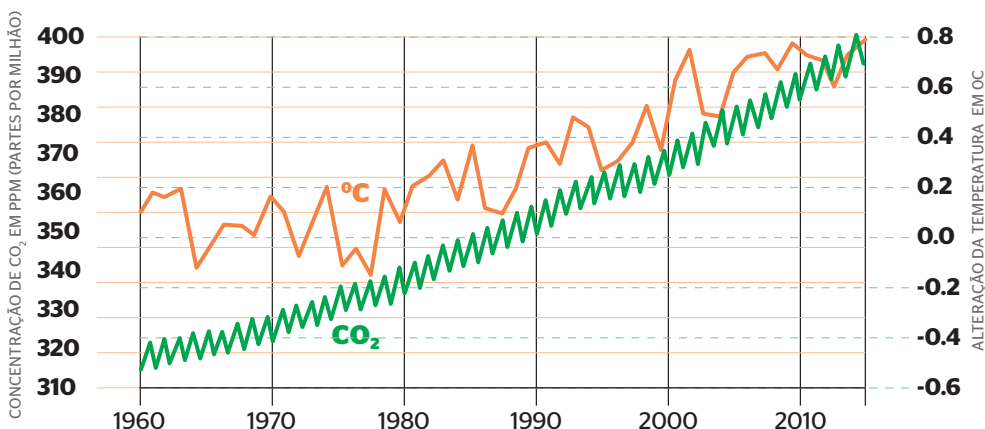
COALIZÃO BRASIL CLIMA, FLORESTAS E AGRICULTURA
Junho de 2016

UM PROJETO DE PAÍS MAIS SUSTENTÁVEL, COMPETITIVO E INCLUSIVO

As soluções para os efeitos das mudanças climáticas envolvem não apenas a redução dos riscos que elas trazem, mas oportunidades em inovação tecnológica, competitividade econômica, preservação de recursos naturais e benefícios sociais. O Brasil pode ser um protagonista nessas soluções, especialmente nas que envolvem agricultura e florestas, e assim se tornar um país com um novo modelo de desenvolvimento econômico.

O QUE É PRECISO FAZER

Para manter em mais de 50% as chances de conter o aumento da temperatura do planeta em até 2 °C até 2100, as emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) devem ficar limitadas, até o fim desse século, a um total de 1.000 GtCO₂e (gigatoneladas de dióxido de carbono equivalente). Para isso, é preciso que as emissões mundiais caiam dos atuais 50 GtCO₂e ao ano para a faixa de 30 a 15 GtCO₂e ao ano até 2050. Caso contrário, em duas décadas, já teremos ultrapassado o limite.



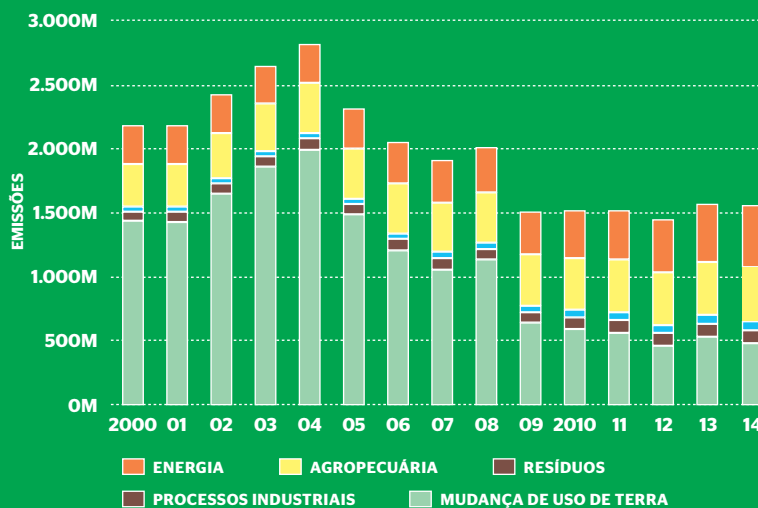
Os principais gases causadores diretos do efeito estufa são dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O). As emissões são convertidas em dióxido de carbono equivalente (CO₂e). A concentração de GEE na atmosfera aumentou de 280 ppm (partes por milhão) para acima de 400 ppm desde a Revolução Industrial. Para se chegar a dois terços de chance de conter o aquecimento em 2 °C, essa concentração não deve ultrapassar 450 ppm. A temperatura já subiu 0,8 °C.

METAS DE REDUÇÃO DE EMISSÕES

O Brasil se comprometeu, no âmbito do Acordo de Paris, a reduzir as emissões de GEE em 37 % até 2025 e em 43% até 2030, em relação a 2005. Porém, o terceiro inventário nacional de emissões, divulgado em maio de 2016, aponta que os totais emitidos pelo Brasil em 2005 foram superiores ao estimado anteriormente. Isso pede a revisão das metas, e que o país ao menos cumpra a redução absoluta, que baixa as emissões para 1,3 GtCO₂e ao ano em 2025 e 1,2 GtCO₂e ao ano em 2030.

OS DESAFIOS DO BRASIL

O setor de mudança do uso da terra (desmatamento) é a maior fonte de emissões brutas no país, seguido pelos de energia e agropecuária



Fonte: SEEG

✓ Entre 2004 e 2015, houve uma redução de 79% no desmatamento na Amazônia, mas a área derrubada nos últimos 5 anos tem se mantido estável, em torno de 5.500 km²/ano. Em 2015, foram 5.831 km², com emissão de 282,8 milhões de tCO₂e.

PROTAGONISMO NO CONTEXTO MUNDIAL

O Brasil tem grande relevância no cenário global, por suas características naturais e seu potencial econômico. É uma responsabilidade que envolve sociedade, governo e empresas.



O Brasil está entre os **10** maiores emissores mundiais de GEE

O Brasil abriga **12%** das florestas do planeta. É o maior estoque de biomassa (carbono) do globo

60% do território nacional ainda é coberto por florestas e vegetação nativa, mas que carecem de efetiva proteção

Uma parte significativa do aumento da produção de alimentos necessária no mundo deverá vir do Brasil até meados do século

METAS ASSUMIDAS PELO BRASIL NO ACORDO DE PARIS (ATÉ 2030)



Recuperar 15 milhões de hectares de pastagem degradada



Implantar o sistema de integração lavoura-pecuária-floresta em 5 milhões de hectares



Restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas para múltiplos usos



Atingir desmatamento ilegal zero na Amazônia



Chegar a 18% de participação de biocombustíveis na matriz energética



Alcançar 23% de participação de energias renováveis (além da hídrica) no fornecimento de energia elétrica

✓ O Brasil ocupa menos de 3% do mercado global de produtos florestais. Incrementar essa atividade, por meio de manejo florestal sustentável, evitará pressões por desmatamento e degradação florestal.

✓ A retomada e a expansão da produção em escala de biocombustíveis e bioeletricidade garantirá maior participação da energia renovável na matriz energética.

✓ Criar e ampliar mecanismos de valoração do carbono e pagamentos por serviços ecossistêmicos contribui para preservar florestas e promover benefícios sociais e econômicos para comunidades que vivem em seu entorno.

✓ Para que o país efetivamente se torne um grande produtor mundial sustentável e competitivo de alimentos, é fundamental colocar em prática o Código Florestal e que o setor agrícola continue seu processo de inovação.



ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

Os desafios para o clima apontam para um novo modelo de desenvolvimento, baseado na economia de baixo carbono. A Coalizão Brasil trabalha em propostas e objetivos concretos para viabilizar tais mudanças, reais e positivas para o país.



CAMINHOS PARA A ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

Os grupos de trabalho (GTs) da Coalizão Brasil são vitais no processo de discussão de alternativas e desenvolvimento de estratégias. Eles reúnem a massa crítica do movimento. São mais de 70 especialistas, de diferentes áreas, empenhados na troca de informações técnicas, políticas, sociais e econômicas, de onde resultam encaminhamentos para as questões ligadas às mudanças climáticas, bem como recomendações de tecnologias para condução da agricultura de baixo carbono e da economia de florestas.

Atualmente, os GTs estão focados em avançar com as contribuições que permitam tornar realidade as metas assumidas pelo Brasil no Acordo de Paris, alinhadas às propostas da Coalizão Brasil. Os resultados dos debates são encaminhados ao chamado Grupo Orientador (GO). Esse, por sua vez, está constituído por destacadas lideranças ambientais e empresariais, que orientam as ações táticas do movimento. Portanto, é a partir dessa interação entre GTs e

GO que são formulados posicionamentos públicos, ações de *advocacy*, atividades de cooperação internacional e esclarecimentos para a sociedade em geral sobre ganhos econômicos, ambientais e sociais do desenvolvimento baseado na baixa emissão de carbono. Os GTs da Coalizão Brasil se debruçam sobre sete grandes temas essenciais para que o país tenha êxito no enfrentamento das mudanças climáticas e para concretizar a economia de baixo carbono.

- **Agricultura de baixo carbono**
.....
- **Bioenergia**
.....
- **Código Florestal**
.....
- **Economia da floresta tropical**
.....
- **Restauração/reflorestamento**
.....
- **Valoração e serviços ecossistêmicos**
.....
- **Cooperação internacional**

O amplo leque de temas defendidos pela Coalizão Brasil é transversal aos sete grupos. Afinal, só uma visão holística permite compreender a questão das mudanças climáticas, além de alternativas concretas e sinérgicas para o desenvolvimento econômico sustentável. A troca de informações entre os grupos, portanto, é intensa. Uma das grandes riquezas do movi-

mento, aliás, está justamente em proporcionar o diálogo e a articulação de ideias entre vozes diversas. Com objetivos de curto prazo e premissas que englobam os caminhos para suas temáticas, os GTs partem para um novo momento, de concretização dos compromissos brasileiros selados no Acordo de Paris.



AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO (ABC)

O QUE FAZ

Atua para que se adotem práticas de baixa emissão de carbono na agricultura em larga escala.

LÍDERES

- Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)
- Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)

ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS

- Agroicone ● Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) ● Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS)
- Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (GV Agro)
- Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces)
- Solidaridad Network ● Sociedade Rural Brasileira (SRB) ● The Nature Conservancy (TNC) ● União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) ● WWF

PREMISSAS DE ATUAÇÃO

A aplicação em larga escala das tecnologias de baixa emissão e alto sequestro de carbono no setor agropecuário demandam recursos financeiros e humanos para sua implementação. Por isso, precisam ser apresentadas e difundidas como alternativas de maior rentabilidade e eficiência de produção. É o caso dos sistemas integrados de produção (integração lavoura-pecuária, integração lavoura-pecuária-floresta e sistemas agroflorestais) e da recuperação de pastagens degradadas.

Para que essas tecnologias sejam adotadas na dimensão necessária a fim de reduzir as emissões nacionais, é preciso conhecer as especificidades de cada região e a necessidade de cada produtor, o que permitirá ampliar a adoção de sistemas eficientes de produção em todo o país.

Ao mesmo tempo, já existem vários programas e pesquisas que resultam em aumento de produtividade, rentabilidade e redução de emissões. O desafio está na disseminação e acesso a tais tecnologias, de forma que o produtor se sinta seguro para adotá-las no médio e longo prazos.

A disseminação dessas opções de maneira eficaz, ao lado da devida capacitação técnica dos produtores rurais, garantirá escala às práticas de sequestro de carbono, bem como de menor emissão nessa cadeia.

OBJETIVO PARA 2016

Fomentar a disseminação de programas de alta rentabilidade agropecuária e de baixa emissão de carbono em escala no Brasil.

PLANO DE AÇÃO

- ▶ Levantar programas em andamento e atores (governamentais, privados e do terceiro setor) que já disseminam, ou possam potencialmente disseminar, técnicas e práticas de agricultura sustentável e de baixa emissão de carbono via extensão rural, assistência técnica e transferência de tecnologia no setor agropecuário brasileiro.
- ▶ Identificar estudos que mensurem os efeitos das técnicas da agropecuária de baixo carbono sobre a rentabilidade e a eficiência de produção e elaborar uma publicação que compile essas experiências. O foco ficará em casos de sucesso, viabilidade econômica e áreas prioritárias para a difusão de conhecimento.
- ▶ Elaborar uma estratégia de disseminação de programas de alta rentabilidade agropecuária e de baixa emissão de carbono para o Brasil. A estratégia, baseada em estudos e mapeamentos descritos nas etapas anteriores, deverá conter a identificação de áreas, estados, municípios, atores, tipos/tamanhos de propriedades prioritários para a disseminação dos programas, bem como áreas de maior impacto em redução de emissões e possíveis ações conjuntas com programas similares já em andamento.
- ▶ Divulgar a estratégia de disseminação e da publicação sobre práticas de baixa emissão específicas para as diferentes regiões do Brasil. Esse trabalho deve se estender a eventos direcionados aos produtores rurais, como Agrishow, encontros de agropecuária e de criadores, entre outras oportunidades.



BIOENERGIA

O QUE FAZ

Atua pelo estabelecimento de um padrão global para biocombustíveis, além de uma política nacional para sua valorização e da bioeletricidade.

LÍDERES

- Solidaridad Network
- Unica

ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS

- Associação Brasileira de Biotecnologia Industrial (ABBI)
- Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) ● Agropalma
- Copersucar ● Fibria ● Geoflorestas ● Indústria Brasileira de Árvores (Ibá)
- Proforest ● WWF

PREMISSAS DE ATUAÇÃO

BIOCOMBUSTÍVEIS

A proposta da Coalizão para biocombustíveis e bioeletricidade conversa diretamente com as metas de energia contidas na INDC brasileira. Entre elas, a de obter, até 2030, presença de 18% de biocombustíveis na matriz energética e alcançar 23% de participação de energias renováveis (além da energia hídrica) no fornecimento de energia elétrica.

Nesse cenário, no que tange os biocombustíveis, faz-se necessária uma diretriz de longo prazo para a matriz brasileira de combustíveis, ou seja, um ordenamento claro e duradouro, com mecanismos que evitem as frequentes e intensas mudanças observadas ao longo da última década nas políticas públicas do setor.

Na produção de biocombustíveis, os benefícios ambientais e sociais superam os privados. Assim, é preciso que se crie uma diferenciação tributária em níveis adequados para valorizar a matriz de combustível de baixo carbono.

Para garantir a produção e o transporte entre os polos produtores e de consumo de forma eficiente e competitiva, há a necessidade de promover o incentivo aos investimentos em infraestrutura para produção, armazenamento, processamento e distribuição dos biocombustíveis e produtos agrícolas.

Adicionalmente, a Coalizão deve buscar parcerias nacionais e internacionais estratégicas, a fim de disseminar o conceito de um padrão global. Os níveis colocados na proposta do movimento pressupõem adição de conteúdo mínimo crescente de biocombustíveis nos combustíveis fósseis líquidos, com o objetivo de atingir os padrões Gasolina E-15 e Biodiesel B-15 até 2030, baseado no alcance de níveis intermediários (E-10 e B-8 até 2020). Tudo isso conquistado com soluções adequadas às realidades locais e à governança ambiental.

Para o etanol, devem ser acrescentadas outras premissas específicas.

- ▶ Estimular ganhos de eficiência técnica dos veículos. Ou seja, garantir, no contexto do Inovar-Auto, o incentivo à busca de maior eficiência dos motores de veículos flex no uso do etanol hidratado como combustível, além do apoio ao desenvolvimento de motores híbridos flex ou movidos a etanol.

- ▶ Restabelecer a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre a gasolina, ou outro tributo semelhante, em níveis que precifiquem adequadamente o custo social do carbono para a sociedade. Esse pode ser um mecanismo de diferenciação tributária que valorizará as externalidades positivas do etanol frente ao combustível fóssil.
- ▶ Estruturar políticas de fomento de longo prazo voltadas às inovações tecnológicas para biocombustíveis avançados, reduzir tributos federais para a aquisição de máquinas, equipamentos, enzimas e leveduras, e estabelecer a isenção de PIS/COFINS nas aquisições de biomassa celulósica, com vistas a atrair investimentos privados em novos projetos produtivos.

Premissas adicionais para o biodiesel.

- ▶ Promover o aumento gradativo, no curto prazo, do teor de biodiesel adicionado ao diesel fóssil no Brasil em até 20% (B-20).
- ▶ Estabelecer políticas públicas para a recuperação de áreas degradadas e desmatadas, com a introdução de culturas oleaginosas, incluindo as perenes, como novas fontes de matéria-prima para o biodiesel, reduzindo a pressão pela conversão de novas áreas para atividades agropecuárias.
- ▶ Introduzir novas culturas oleaginosas de inverno e uso de técnicas de plantio direto e rotação de culturas, gerando maior produção em áreas já convertidas para a agricultura, o que também reduz a pressão pela busca por novas áreas para cultivo.

BIOELETRICIDADE

Já na área de bioeletricidade, é preciso instituir um programa de contratação a partir de leilões diferenciados por fonte e/ou regiões no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), com a valorização no preço dos atributos ambientais, elétricos e econômicos advindos do uso da bioeletricidade.

Faz-se necessário, ainda, estabelecer um programa estruturado de longo prazo que mitigue a dificuldade de conexão dos projetos de bioeletricidade às redes de distribuição de energia elétrica.

Outro fator importante para essa energia é criar condições de financiamento de projetos mais atrativas, que incluam: linhas de créditos especiais para projetos de eficiência energética; otimização de processos para adaptação e/ou substituição de caldeiras/turbogeradores, sobretudo em retrofits; linhas especiais para permitir maior uso de biomassas complementares e o aproveitamento da palha para a geração (durante toda a etapa do processo); criação de linhas de financiamento agrícola para outras biomassas (sorgo, cana energética, capim-elefante etc.); e extensão do uso das linhas de crédito oficiais para máquinas e equipamentos importados.

OBJETIVOS PARA 2016

- ▶ Divulgar um plano de política pública para alcançar os compromissos para as mudanças climáticas assumidos pelo Brasil no que tange à bioenergia.
- ▶ Definir plano de ação para cooperação internacional em bioenergia, em parceria com o GT de Cooperação Internacional.
- ▶ Elaborar estratégia para abordagem de padrão global de uso de biocombustível.

PLANO DE AÇÃO

- ▶ Mapear países ou regiões prioritárias para plano de ação elaborado em parceria com o GT de Cooperação Internacional.
- ▶ Identificar barreiras específicas para cada premissa e ações para superá-las.
- ▶ Entregar estudo sobre impacto da adoção de um padrão de uso de biocombustível (B-15 e E-15) e estratégia para abordagem de sua adoção.



CÓDIGO FLORESTAL

O QUE FAZ

Discute e elabora estratégias para a efetiva implementação do Código Florestal, influenciando nos Programas de Regularização Ambiental (PRA), na transparência dos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e na promoção dos mecanismos de remuneração por serviços ambientais.

LÍDERES

● Cargill ● Iniciativa Verde ● SRB

ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS

● Agroicone ● Biofílica ● BVRio ● Geoflorestas ● Ibá
● Instituto Centro de Vida (ICV) ● Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS)
● Solidaridad ● TNC ● Unica ● Unicamp ● WWF

PREMISSAS DE ATUAÇÃO

A Coalizão Brasil atua pela implementação do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), que regula a proteção da vegetação nativa e as áreas destinadas à agropecuária. A efetiva implementação dessa legislação é fundamental, pois possibilita avançar na superação dos desafios de conciliar a agropecuária e a conservação ambiental no país, sem deixar de lado os benefícios sociais e a competitividade econômica.

O Brasil adotou o disposto nessa lei como base para seus compromissos assumidos no Acordo de Paris. Entre eles, estimou um passivo de, ao menos, 12 milhões de hectares de vegetação nativa a serem restaurados no país.

O esforço para atender a essa demanda cria uma ambiciosa agenda de trabalho, com o potencial de melhorar de forma significativa as condições ambientais, por meio da conservação de recursos hídricos, da biodiversidade e dos solos, com forte impacto na melhoria da qualidade de vida da população e da produtividade das propriedades rurais.

Some-se a esses resultados a oportunidade que a agenda de restauração oferece para a geração de empregos e divisas, tanto na fase de implementação como na de exploração econômica das florestas recuperadas, que deverão atingir a casa de dezenas de bilhões de dólares nas próximas décadas.

O cumprimento da nova legislação vem avançando de forma significativa, tendo como ponto de partida o CAR, sistema no qual as mais de 5 milhões de propriedades rurais existentes no país devem declarar sua situação de ocupação, entre áreas preservadas e antropizadas, ou seja, que sofreram alguma intervenção de atividades humanas. Além dessa exigência, a nova lei introduziu, em nível estadual, o PRA, para adequar as distintas regiões do país à legislação federal.

Aos poucos, a agenda de restauração se tornará uma realidade efetiva no país, conforme o Código Florestal for colocado em prática.

OBJETIVO PARA 2016

Contribuir para a completa implementação do Código Florestal Brasileiro, articulando esforços dos diversos atores envolvidos em uma agenda de consenso.

PLANO DE AÇÃO

- ▶ Apoiar e acelerar a implementação do CAR e o monitoramento da agenda após sua finalização. Nesse sentido, o grupo acompanha e discute as principais questões que envolvem a realização do cadastro e atua para que ele ocorra de forma eficiente, em setores e categorias de propriedades rurais que ainda não o finalizaram. O GT também estabelecerá uma base de informações precisas que possa contribuir no cumprimento dos compromissos de preservação e restauração, estabelecidos no PRA.
- ▶ Publicar um documento que promova a transparência das informações contidas no CAR, com diretrizes para que as informações gerais sobre o cadastro se tornem públicas, seguindo as exigências da legislação vigente. Assim, a sociedade civil poderá auxiliar e participar do processo de implementação do Código Florestal, somando esforços aos órgãos públicos. O grupo pretende atuar ainda na divulgação dos dados consolidados do cadastro.
- ▶ Publicar um manual com diretrizes para implementação dos PRAs, de maneira a agilizar e auxiliar os estados na regulamentação de suas legislações, devido à importância do programa para a aplicação da lei federal.
- ▶ Promover a regularização dos mecanismos econômicos contidos no Código Florestal, tais como Cotas de Reserva Ambiental (CRA), Plano Nacional de Recuperação de Vegetação Nativa (Planaveg) e Programa de Incentivos a Conservação e Restauração, além do CAR, entre outros. Eles criam valor para as florestas, por meio do fomento ao mercado de serviços ambientais, bem como para a cadeia produtiva associada à restauração florestal e à implantação de sistemas agroflorestais.
- ▶ Estimular a compensação de Reserva Legal (RL), um dos principais instrumentos para evitar desmatamento e promover conectividade de áreas protegidas com a regularidade ambiental da produção agrícola. Assim, junto com a restauração de ativos florestais, o GT irá buscar formas para acelerar a implementação e regulação desses mecanismos de compensação, como forma de efetivar o Código Florestal.



ECONOMIA DA FLORESTA TROPICAL

O QUE FAZ

Atua na proposta da Coalizão Brasil de aumentar em dez vezes a área de manejo florestal sustentável rastreada no país, até 2030, e coibir a ilegalidade de produtos madeireiros provenientes de florestas nativas.

LÍDERES

● Amata ● Imaflora

ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS

● BVRio ● FSC Brasil ● Precious Woods

PREMISSAS DE ATUAÇÃO

Dentre as soluções necessárias para promover a agenda da legalidade e da rastreabilidade de madeira tropical no país, sobressai com alta prioridade a absoluta transparência no setor.

O acesso aos dados de licenciamento, responsabilidade técnica, produção, beneficiamento, comercialização e transporte de madeira tropical permitirá o uso de ferramentas de sistematização e visualização de informações, contribuindo para uma série de avanços.

- ▶ Redução de fraudes em emissões e de comercialização indevida de créditos.
- ▶ Aumento da responsabilização dos órgãos de governo.
- ▶ Ampliação da capacidade de monitoramento e fiscalização.
- ▶ Expansão da capacidade de rastreabilidade e conhecimento das cadeias produtivas para empresas nacionais e internacionais compradoras de madeira tropical.
- ▶ Melhoria na reputação internacional do setor florestal brasileiro (madeira tropical), hoje visto como avesso à transparência e impugnado por atividades ilegais e predatórias.
- ▶ Incremento da confiança do mercado no setor de madeira tropical brasileira, expandindo as oportunidades comerciais, especialmente, de exportação.

Esses são os passos iniciais e fundamentais para que se possa alavancar uma sequência de mudanças estruturais, necessárias para a sobrevivência dessa cadeia produtiva.

OBJETIVO PARA 2016

Promover a transparência no setor de manejo florestal sustentável de florestas nativas, de modo a obter acesso amplo e periódico, preferencialmente em tempo real, aos dados relacionados a:

- ▶ aprovação de plano de manejo e responsabilidade técnica;
- ▶ autorização de exploração (Autef) e de supressão florestal;
- ▶ transações e transporte de madeira (Documento de Origem Florestal – DOF e Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais – Sisflora);
- ▶ licenciamento e fluxo de créditos em serrarias na Amazônia.

PLANO DE AÇÃO

- ▶ Elaborar um posicionamento público e contundente sobre a necessidade de promoção da ampla transparência no setor de manejo sustentável de florestas nativas como principal meio de coibir a ilegalidade nele predominante.
- ▶ Promover articulação política de alto nível em âmbito federal e estadual para disponibilização de dados não-processados relacionados a autorização de exploração e de supressão florestal, transações e transporte de madeira, além de licenciamento e operação de serrarias na Amazônia.
- ▶ Oferecer suporte pleno e formal da Coalizão Brasil às iniciativas, públicas ou privadas, de promoção da transparência sobre as operações de manejo florestal, processamento e comercialização de madeira tropical rastreada.
- ▶ Desenvolver estratégia de comunicação pública e com tomadores de decisão (do poder público e do setor privado) sobre a importância e urgência dessa agenda.

Também estão no horizonte de ações do GT as iniciativas listadas a seguir.

- ▶ Cobrar a integração dos sistemas estaduais e federal de licenciamento e controle de produção e comercialização de madeira tropical, hoje realizados sob gestão descentralizada e sem integração de dados, o que dificulta o controle e a fiscalização.
- ▶ A partir de instrumentos de gestão de *big data*, desenvolver mecanismos eficientes para monitorar e fiscalizar produção, beneficiamento e comercialização de madeira, e capacitar os órgãos públicos a operá-los.
- ▶ Vinculação da emissão da autorização de transporte de madeira à emissão de nota fiscal eletrônica com carga discriminada, reduzindo a sonegação fiscal que confere vantagem competitiva à madeira ilegal.
- ▶ Advogar para a inclusão de critério específico sobre rastreabilidade em contratos associados a obras públicas.
- ▶ Estimular a adoção voluntária de protocolos de rastreabilidade da madeira tropical, por meio de incentivos produtores e empresas que adotem mecanismos robustos de rastreabilidade, incluindo os fiscais, e do fomento ao desenvolvimento tecnológico de protocolos sólidos de rastreabilidade.



RESTAURAÇÃO E REFLORESTAMENTO

O QUE FAZ

Atua para promover o incremento em larga escala de estoques florestais para múltiplos usos e para elaborar um projeto pré-competitivo de desenvolvimento da silvicultura de espécies arbóreas nativas do Brasil.

LÍDERES

● TNC ● World Resources Institute (WRI)

ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS

● Agroicone ● Amata ● Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi) ● Conservação Internacional (CI) ● Corredor Ecológico do Vale do Paraíba ● Diálogo Florestal ● Embrapa ● Fibria ● Geoflorestas ● Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) ● Iniciativa Verde ● Instituto Inhotim ● Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) ● União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) ● Klabin ● Laboratório de Silvicultura Tropical (Lastrop- Esalq/USP) ● Laboratório de Ecologia e Restauração Tropical (Lerf - Esalq/USP) ● Departamento de Biotecnologia e Produção Vegetal e Animal (DBPVA - UFSCar) ● Plantar Carbon ● Suzano Papel e Celulose

PREMISSAS DE ATUAÇÃO

O Brasil tem várias condições ideais para desenvolver um grande programa de restauração e reflorestamento.

- ▶ Espaço para o desenvolvimento dessas atividades (170 milhões de hectares de pastagens degradadas).
- ▶ Ótima combinação entre tipos de solo e clima favoráveis para o crescimento de florestas tropicais.
- ▶ Tecnologia em silvicultura comercial e processamento de produtos madeireiros.
- ▶ Áreas degradadas com grande capacidade de regeneração natural.
- ▶ Demanda pela recuperação de 20 milhões de hectares de vegetação nativa (prevista na Lei nº 12.651/2012, o Código Florestal).
- ▶ Compromisso político de restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares (metas brasileiras no Acordo de Paris).

Para que essas vantagens competitivas efetivamente se expressem em ganhos ambientais e econômicos, ações estratégicas e articuladas entre si são necessárias, com destaque para as listadas a seguir.

- ▶ Políticas públicas que apoiem proprietários rurais e a cadeia produtiva associada, assim como consolidação de regulamentações claras que resultem em segurança jurídica.
- ▶ Instrumentos fiscais e mecanismos financeiros capazes de viabilizar investimentos no setor, decorrentes de análises e pesquisas robustas que reduzam seus riscos e potencializem seus ganhos econômicos, sociais e ambientais.
- ▶ Geração de conhecimento e qualificação técnica para atuação em escala nessas agendas.
- ▶ Sistema de monitoramento que permita captar os ganhos socioambientais e econômicos de programas e projetos de restauração e reflorestamento.

OBJETIVO PARA 2016

Desenvolver instrumentos a partir de estudos e informações aplicáveis para impulsionar ações estratégicas que alavancuem programas de restauração e reflorestamento em larga escala no Brasil, como os listados a seguir.

- ▶ Plataforma de monitoramento de fatores críticos para viabilizar programas de restauração e reflorestamento em larga escala nos estados brasileiros.
- ▶ Programa pré-competitivo de desenvolvimento tecnológico da silvicultura tropical.
- ▶ Programa de qualificação nacional para os agentes da cadeia produtiva de restauração e reflorestamento.

PLANO DE AÇÃO

- ▶ Elaborar plataforma de monitoramento para viabilizar programas de restauração e reflorestamento em larga escala nos estados brasileiros, começando por definir fatores críticos que impulsionem a agenda de programas de restauração e reflorestamento, como: execução do CAR, PRA estabelecido, incentivo fiscal para silvicultura de nativas, áreas prioritárias para restauração, mecanismos de compensação ambiental operando, entre outras.

Adicionalmente, será preciso desenvolver passos, os quais devem se estender pelo ano de 2017.

- ▶ Levantar a situação dos fatores críticos por estado da federação.
- ▶ Criar proposta de visualização dos dados levantados.
- ▶ Publicar a plataforma *online*.
- ▶ Criar estratégia de alimentação de informações para a plataforma de monitoramento.
- ▶ Desenvolver programa pré-competitivo de silvicultura tropical para o país.
 - ▶ Articular e formar um grupo de instituições, tais como universidades públicas com *expertise* florestal, empresas de base florestal, governo e organizações não governamentais, com competência e conhecimento no assunto para desenvolver um programa de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em silvicultura de espécies arbóreas tropicais.
 - ▶ Produzir uma nota conceitual do programa de P&D.
 - ▶ Identificar potenciais instituições de fomento para financiar esse programa.
 - ▶ Gerar projeto detalhado e submetê-lo à instituição de fomento identificada.
- ▶ Formular programa de qualificação nacional para os agentes da cadeia produtiva de restauração.
 - ▶ Definir conteúdo programático para atuação em cada elo da cadeia produtiva.
 - ▶ Estruturar grupo de atores com capacidade e reconhecido *know-how* para desenvolver o conteúdo programático definido.
 - ▶ Identificar as principais instituições de qualificação profissional e articular com elas a incorporação dos conteúdos programáticos construídos.
 - ▶ Construir as bases de um programa de qualificação nacional para agentes da cadeia produtiva da restauração.



VALORAÇÃO E SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS

O QUE FAZ

Busca a melhoria dos atuais mecanismos de valoração econômica do carbono e de pagamento por serviços ecossistêmicos. Ou seja, o GT lida com mecanismos econômicos que estabeleçam um valor para o carbono emitido ou sequestrado e um sistema de remuneração para quem preserva serviços essenciais da natureza, como conservação da biodiversidade, regulação do clima e do ciclo hidrológico.

LÍDERES

● Fibria ● Ipam

ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS

● Biofíllica ● BVRio ● CDP ● CEBDS ● CI ● Copersucar ● Fábrica Ética Brasil ● Fundação Amazonas Sustentável (FAS) ● Fauna & Flora Internacional ● Forest Stewardship Council (FSC) ● Fundação Grupo Boticário ● GP Leal ● Grupo Boticário ● Ibá ● Idesam ● Imazon ● Instituto Ethos ● Lei Verde ● Natura ● Partner Desenvolvimento ● Plantar Carbon ● TNC ● Unica ● Verified Carbon Standard (VCS) ● WRI

PREMISSAS DE ATUAÇÃO

Aprimorar mecanismos de valoração do carbono e/ou outros serviços ecossistêmicos já existentes e fortalecer o processo de aprovação de marcos regulatórios ou de mecanismos de mercado que os remunerem são estratégias fundamentais para ampliar a escala de iniciativas que lidam com esses temas. Essas ações contribuem para alcançar as metas brasileiras no Acordo de Paris, com consequências não apenas para o clima, mas também para a sociedade e a conservação de recursos hídricos e biodiversidade.

O trabalho desse GT contempla três focos distintos, embora sinérgicos: Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD+); pagamento por serviços ambientais (PSA); e mecanismos econômicos. Como cada foco envolve níveis diferentes de interesse, conhecimento e processo de implementação, foram criadas três forças-tarefa relativas a cada um deles. Assim, este GT tem três objetivos para 2016.

OBJETIVO DE PSA

Influenciar a aprovação de uma legislação sobre PSA no Congresso, que incorpore os pontos definidos como prioritários pela Coalizão Brasil.

PLANO DE AÇÃO

- ▶ Atuar junto aos relatores dos projetos de lei (PLs) 792/2007, 276/2013 e 312/2015, entre outros atores estratégicos.
- ▶ Avaliar os riscos e oportunidades referentes a esses três trâmites.
- ▶ Definir uma estratégia de atuação no âmbito do Congresso Nacional para aprovar uma legislação sobre PSA que incorpore pontos prioritários, a exemplo de evitar problemas relacionados à negociação de créditos de carbono via contratos ou mecanismos de carbono, dado que tais créditos podem ser considerados um serviço ambiental.

OBJETIVO DE REDD+

Elaborar posicionamento sobre REDD+ e contribuições para a Estratégia Nacional de REDD+, a ENREDD+.

PLANO DE AÇÃO

- ▶ Definir os elementos-chave que deveriam constar na ENREDD+, que tem como propósito criar as diretrizes e orientações para implementação do REDD+ no país, e elaborar uma proposta de funcionamento da Comissão Nacional de REDD+ (CONAREDD+), que será a principal instância deliberativa e de governança, em âmbito federal, para a implementação da ENREDD+.
- ▶ Estabelecer um posicionamento da Coalizão Brasil para REDD+, com recomendações e contribuições para ENREDD+.
- ▶ Articular com o governo e demais setores da sociedade civil a revisão da ENREDD+ e garantir a inclusão das recomendações da Coalizão Brasil.
- ▶ Fortalecer o papel e atuação da sociedade civil na CONAREDD+.

OBJETIVOS DE MECANISMOS ECONÔMICOS

1. Viabilizar a contabilização das remoções por reflorestamento/restauração nas plataformas de relatos corporativos.
2. Avaliar as melhores alternativas para precificação do carbono, considerando o uso do solo, assim como os caminhos para implementá-las.

PLANO DE AÇÃO OBJETIVO 1

- ▶ Articular-se com as plataformas de contabilização e/ou de MRV (mensuráveis, reportáveis e verificáveis) como, por exemplo, GHG Protocol, Carbon Disclosure Project (CDP) e Gold Standard.
- ▶ Avaliar e definir a estratégia para inserção da remoção de carbono florestal.
- ▶ Atuar para que essas plataformas considerem as remoções de carbono de projetos de restauração e reflorestamento.

PLANO DE AÇÃO OBJETIVO 2

- ▶ Levantar "estado da arte" sobre a precificação de carbono no Brasil (Mercado Brasileiro de Redução de Emissões, taxa de carbono etc.).
- ▶ Avaliar as melhores alternativas para precificação do carbono considerando o uso do solo.
- ▶ Definir a estratégia de atuação para precificação de carbono que melhor considere uso do solo.



COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O QUE FAZ

Empenha-se em estabelecer cooperação internacional para difusão e compartilhamento de agendas e tecnologias com organizações que possuam objetivos em comum com a Coalizão Brasil.

LÍDERES

● Proforest

ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS

● Amigos da Terra ● CDP ● CEBDS ● Gordon and Betty Moore Foundation ● IDH Sustainable Trade Initiative ● Imaflores ● Instituto Arapyaú ● IUCN ● Marfrig ● Norway's International Climate and Forest Initiative (NICFI) ● Rainforest Alliance ● Tropical Forest Alliance (TFA 2020) ● Solidaridad Network ● SRB ● WRI ● WWF

PREMISSAS DE ATUAÇÃO

A agenda das mudanças climáticas é internacional por natureza, portanto, as iniciativas que a envolvem precisam se edificar para além do território brasileiro. Por isso, esse GT busca influenciar a agenda global para o clima, partindo das propostas da Coalizão Brasil, em especial, nas áreas agrícola, florestal e de energia.

Também de grande importância é identificar agendas comuns relacionadas ao uso da terra e à economia de baixo carbono, compartilhar soluções de governança e de tecnologias brasileiras entre os países, por via dupla e multilateral.

A Coalizão Brasil tem sido bem recebida no exterior por atores e organizações envolvidas com mudanças climáticas e economia de baixo carbono, como FAO (Organização da ONU para a Alimentação e a Agricultura), Banco Mundial, We Mean Business, WBCSD e UN Foundation, entre outros. Tanto por seu caráter multissetorial como pela capacidade de envolver diferentes vozes e opiniões, buscando o consenso em torno de uma causa comum.

Resultado concreto desse reconhecimento foi a aproximação formal com a Tropical Forest Alliance (TFA 2020), iniciativa sediada no Fórum Econômico Mundial, que tem como foco de atuação reduzir o desmatamento relacionado à produção de *commodities*, como óleo de palma, carne, soja, celulose e papel.

A aproximação levou a uma expansão do GT de Cooperação Internacional, o qual passou a incluir membros da TFA entre as organizações nele envolvidas. Trata-se de uma parceria fundamental para a Coalizão Brasil. Com ela, o movimento ganha uma janela para o mundo, de maneira a viabilizar, por exemplo, mais contatos e parcerias internacionais.

OBJETIVO PARA 2016

Estabelecer parcerias consistentes e produtivas com atores internacionais estratégicos.

PLANO DE AÇÃO

- ▶ Mapear entidades e iniciativas já existentes no Brasil ou no exterior, bem como seus pontos de contato, que possam ser parceiras em ações de *advocacy* internacional e na promoção de cooperação técnica ou de conhecimento a partir do Brasil ou do exterior para o país.
- ▶ Definir, junto aos demais GTs da Coalizão Brasil, quais as suas prioridades e vias de contribuição em relação à cooperação internacional. Por exemplo, troca ou transferência de tecnologias, governança, entre outros.
- ▶ Elaborar estratégias para viabilizar as parcerias, incentivando os membros da Coalizão Brasil e iniciativas internacionais a firmarem programas de cooperação.
- ▶ Fortalecer a estratégia de ação em conjunto com a TFA.

17 PROPOSTAS PARA A AGENDA BRASILEIRA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

EIXO LEGAL/ INSTITUCIONAL

Implementação do Código Florestal, regularização fundiária e cooperação internacional

Mecanismos de valorização do carbono e serviços ecossistêmicos

1 Estabelecer procedimentos para garantir a implementação do CAR até 2016 e definição dos PRAs até 2018, em 100% do território nacional.

4 Criar plano de regularização fundiária e ordenamento territorial até 2016, para solucionar conflitos decorrentes da sobreposição de direitos sobre propriedade e uso da terra até 2030.

6 Dar escala e garantia de liquidez aos mecanismos existentes de valorização do carbono.

EIXO FLORESTAL E AGRÍCOLA

Combate ao desmatamento, incremento de estoques florestais e agricultura de baixo carbono

9 Produzir mapa anual de uso e cobertura da terra no Brasil.

12 Criar mecanismos para valorizar as boas práticas e a regularidade ambiental.

15 Desenvolver projeto pré-competitivo de desenvolvimento da silvicultura de espécies arbóreas nativas do Brasil.



As diretrizes para a atuação da Coalizão Brasil vêm das 17 propostas consideradas a pedra fundamental do movimento. Elas foram elaboradas como contribuição para a agenda brasileira de mitigação, em sinergia com a proteção, a conservação e o uso sustentável das florestas, paralelamente à expansão da agricultura de baixo carbono. Uma parte das propostas tem cunho legal e institucional. A outra traz aspectos mais temáticos, especificamente, para os setores florestal e agropecuário.

2 Promover ampla transparência dos dados, cadastros e sistemas de informações relacionados aos aspectos ambientais e fundiários do uso da terra.

3 Unificar todos os diferentes cadastros relacionados ao uso da terra no país, em um cadastro federal integrado.

5 Estabelecer programa de cooperação sul-sul para a difusão e compartilhamento de tecnologias brasileiras nas áreas florestal e agrícola.

7 Criar mecanismo regulatório de valorização econômica direta de energia e produtos renováveis, por meio da demanda atrelada à produção de base não renovável.

8 Implantar mecanismo global de pagamento anual pelos serviços ecossistêmicos de diversos biomas.

10 Produzir relatório anual de desmatamento.

11 Aumentar as sanções, em nível econômico, fundiário e criminal a agentes que promovam ou permitam o desmatamento ilegal em toda ou em parte de suas propriedades.

13 Promover o incremento em larga escala de estoques florestais para múltiplos usos.

14 Aumentar em 10 vezes a área de manejo florestal sustentável rastreada no Brasil, até 2030, e coibir a ilegalidade de produtos florestais madeireiros provenientes de florestas nativas.

16 Tornar a agropecuária de baixo carbono majoritária em todo o Brasil.

17 Estabelecer padronização global de biocombustíveis e promover uma política nacional de valorização da produção de biocombustíveis e bioenergia.

**COALIZÃO
BRASIL**

C L I M A
FLORESTAS E
AGRICULTURA

www.coalizaobr.com.br